

sector rodoviário privado de passageiros

NEGOCIAÇÃO DO CCTV

FECTRANS - Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações

CCTP
INTER-SINDICAL NACIONAL



A FECTRANS tem vindo a desenvolver, conjuntamente com a ANTROP, um processo de discussão sobre o CCTV do sector e soluções para o mesmo.

É uma discussão que se desenvolve, de forma informal, com a abordagem de todas as questões que as partes quiseram apresentar, para que se observem as claras possibilidades de evolução numa negociação formal.

Este processo decorre desde o início do ano, do qual resultou, no passado dia 29, a entrega, por parte da ANTROP, de uma proposta, para negociação, que contém muitas matérias com as quais estamos de acordo, outras que pretendemos aprofundar, mas que contém também matérias que a associação patronal quer introduzir.

Há um dado positivo que temos que registar, que foi o abandono por parte da ANTROP, do pacote de exigências que ao longo dos últimos 16 anos impediram a revisão do CCTV do sector, **mas, mesmo assim, para haver um acordo tem que haver evoluções por parte da Associação Patronal.**

Com a entrega do documento no passado dia 29, deu-se início à revisão do Contrato Colectivo do Sector e, de imediato, a partir deste momento a discussão com os trabalhadores está lançada, através da informação escrita, em plenários, contactos nos locais de trabalho e através de todos os meios que sirvam para esclarecer e recolher informações.

Para já, qualquer trabalhador que queira enviar-nos a sua opinião, ou pedir esclarecimentos, pode fazê-lo pelo seguinte email: cctvpassageiros@fectrans.pt

Próxima reunião no próximo dia 10 de Setembro.



AUMENTAR OS SALÁRIOS

DEFENDER OS DIREITOS

COMBATER A PRECARIEDADE

TRABALHO COM DIREITOS

ALGUMAS NOTAS SOBRE O PROCESSO

A necessidade de rever o presente CCTV, aplicável aos trabalhadores do sector privado de passageiros, ocorre num período em que se verifica neste sector de actividade, alguma instabilidade social nas relações colectivas de trabalho, nomeadamente nas empresas do grupo Transdev e na Transportes Sul do Tejo (onde ocorreram várias greves), resultantes da aplicação abusiva do tempo de disponibilidade, regulado pelo Regulamento nº 561/2006 de 15 de Março e pelo Decreto-lei nº 237/2007 de 19 de Junho que transpõe para o direito interno a directiva 2002/15/CE de 11 de Março.

Por outro lado, a liberalização da atribuição das concessões de exploração do transporte público de passageiros a partir de 2016, e o estado caótico de concorrência desleal entre as empresas, resultante da ausência de negociação colectiva desde o ano de 1999, levou a Associação patronal do sector a ponderar a necessidade de estabelecer regras mínimas aplicáveis a todos os operadores de igual forma, de modo a possibilitar uma igualdade de concorrência, entre estas.

Para a FECTRANS, esta oportunidade foi considerada positiva, porque apresentava um equilíbrio de necessidades entre as partes outorgantes e por conse-

guinte, a possibilidade de rever e actualizar uma convenção colectiva cujo actual conteúdo remonta ao ano de 1997, com a situação particular da organização dos tempos de trabalho e de descanso serem regulados pelas PRT'S, publicadas nos BTE'S NºS 16 e 26 no ano de 1977 e impostas pelo governo.

Os pressupostos referidos estiveram na base do início de um processo que as partes entenderam e acordaram que se realizasse informalmente, criando um ambiente de total disponibilidade para a negociação e abordagem dos principais temas nesta negociação:

Para a ANTROP:

Regulação da aplicação do tempo de disponibilidade no sector;

Acordo quanto à forma de pagamento dos créditos vencidos pelos trabalhadores resultantes do direito aos descansos compensatórios;

Acordo quanto à forma de pagamento dos créditos vencidos pelos trabalhadores, resultantes do direito aos proporcionais vencidos e não pagos nos, 12º, 13º e 14ºs meses de retribuição;



VALORIZAR O TRABALHO, TRABALHAR COM DIREITOS

Acordo quanto à forma de pagamento das componentes variáveis do salário, no sentido de reduzir a sua dispersão e Uniformização do pagamento do subsídio de agente único a todos os trabalhadores do sector.

Para a FECTRANS:

- ✧ Manutenção do actual CCTV em vigor com a respetiva e necessária revisão legislativa;
- ✧ Regulação da organização dos tempos de trabalho, de descanso e intervalos, substituindo a portaria existente e aplicável ao sector;
- ✧ Melhoria dos salários;
- ✧ Regulação do direito ao gozo do dia de aniversário fora do âmbito definido pelo CT para as faltas;
- ✧ Actualização do anexo referente às categorias profissionais;
- ✧ Garantia de todos os direitos adquiridos pelos trabalhadores oriundos das empresas resultantes da Rodoviária Nacional.

MOBILIZAÇÃO



Por fim, a declaração da FECTRANS que, caso o presente processo informal resultasse na hipótese da formalização de um acordo, tal só ocorreria após um amplo debate com os trabalhadores

No documento entregue no passado dia 29 de Julho, há um conjunto de matérias que serão as determinantes para a obtenção de um acordo e, é nessas que iremos centrar a discussão com a ANTROP. Destacamos aqui algumas dessas matérias:



PERÍODO EXPERIMENTAL - A ANTROP propõe alterações nos períodos experimentais das diversas categorias.

Pela parte da FECTRANS já dissemos que, nada a opor ao princípio que consta na lei, apenas não aceitamos períodos experimentais de 180 dias para os motoristas conforme é proposto.

LOCAL DE TRABALHO - Proposto que o local de trabalho pode ser alterado **desde que a distância seja igual ou inferior à distância do actual e sempre que resultem prejuízos a empresa fica obrigada à sua reparação.**

ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS DE TRABALHO. INTERVALOS, DESCANSOS DIÁRIOS E SEMANAIS - Passam a estar regulados no CCTV, eliminando-se desta forma a PRT que regulava estas matérias desde 1977.

TEMPO DE DESCANSO DIÁRIO - Proposto que sejam 11 horas (mais 1 hora que no actual CCTV).

PERÍODO NORMAL DE TRABALHO - 40 horas semanais distribuídas em 5 dias, em vez dos actuais 5 dias e meio.

Posteriormente a ANTROP veio a colocar para discussão a possibilidade de poder haver situações de semana de trabalho de 5 dias e meio.

Quanto aos dias de descanso a Fectrans entende que todo período normal de trabalho semanal deve ser distribuído por cinco dias em cada semana. Admite a definição de um pequeno período de transição para os trabalhadores que, neste momento, tenham a sua jornada de trabalho distribuída em até cinco dias e meio.

Quanto aos dias de descanso, actualmente, as empresas mantêm em vigor dois sistemas de gozo de dias de descanso: *fixo e rotativo*. A FECTRANS defende que para as empresas com sistema de gozo de dias de descanso rotativo, se estabeleça um prazo dentro do qual as mesmas devem definir um calendário anual do qual constem os dias de descanso a observar no futuro. Pretende-se igualmente definir um critério que regule a transição do sistema de dia de descanso rotativo a ser gozado consecutivamente

Quanto às escalas de serviço A FECTRANS pretende que se defina um período de tempo mínimo para a afixação das escalas de serviço, admitindo-se a previsão de uma fase de transição

OUTROS TRABALHOS - Propõe-se que seja determinado o mínimo de 15 minutos diários para outras actividades que fazem parte integrante do período de trabalho diário.

Quanto à previsão de período destinado a outros trabalhos, a ANTROP esclareceu que do texto decorre um período mínimo de quinze minutos para afectar à realização de outros trabalhos. Os períodos de tempo superior deverão ser previstos em função das efectivas necessidades dos serviços. Com esta previsão assegura-se que de todas as escalas de serviço conste, obrigatoriamente, um período mínimo de tempo afecto a outros trabalhos.

PAUSAS TÉCNICAS - É proposta a regulamentação do tempo de disponibilidade **garantindo o seu pagamento como tempo de trabalho sem prejuízo para o trabalhador**. Todas as pausas ocorridas fora do período normal de trabalho são **pagas de acordo com os acréscimos previstos no CCTV para o trabalho suplementar**.

Para a FECTRANS é determinante que, para uma eventual aceitação desta proposta, fique garantido **que os trabalhadores não serão obrigados**, em cada dia de trabalho, a permanecer ao serviço por período superior a oito horas, considerando-se para este efeito quer o tempo de trabalho, quer o tempo de disponibilidade. Pretende-se ainda clarificar que adopção da designação "pausa técnica", substitui o conceito de tempo de disponibilidade definido nos termos da lei.

TRABALHO NOCTURNO - É proposto a manutenção da situação actual (entre as 20 e as 7h) para os actuais trabalhadores e entre as 20.30 horas e as 06.30 horas para os vindouros.

Assunto em discussão

FERIADOS - Quanto ao dia de aniversário e ao dia de Carnaval - a Antrop está disponível para conceder o gozo de um destes dias.

A FECTRANS defende a inclusão dos dois no futuro CCTV.

DIÁRIAS - São propostas a criação de 2 diárias para substituir os valores à factura e respectivos subsídios diários, com os seguintes valores:
Continente. 40,00 €
Estrangeiro. 60,00 €

Entendemos que os valores propostos são inferiores aos já praticados em algumas

empresas. Pretende-se reservar a possibilidade de os trabalhadores poderem optar ou pela solução proposta, ou pelo recebimento dos subsídios actualmente em vigor.

FÉRIAS, SUBSIDIO DE FÉRIAS E SUBSIDIO DE NATAL - Está já garantido incluir como proporcional o subsídio de Agente único, não foi possível acordo em relação a outras matérias nomeadamente trabalho suplementar, conforme decorre da Lei.

Nesta matéria a ANTROP tem que optar se quer uma solução que evite novos processos em tribunal, ou que esta seja a prática para fazer valer os direitos dos trabalhadores nesta matéria.

COMPLEMENTO DE SUBSIDIO DE DOENÇA - Melhora-se de 20 para 30 dias este direito.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL - Introduzida a aceitação das empresas suportarem os custos com a obtenção e renovação dos certificados profissionais, CQM, TCC, C A M, tendo como contrapartida um período de fidelidade igual à validade dos títulos. **Apenas se exceptuam os custos com as taxas respectivas.**

A FECTRANS entende que, no que respeita à renovação dos títulos necessários ao exercício da função de motorista de transporte rodoviário de passageiros, o período de permanência deve ser mais reduzido por comparação com o definido para a formação inicial.

MANUTENÇÃO DE REGALIAS E PREVALÊNCIA DE NORMAS - Da aplicação do presente CCTV, não poderão decorrer quaisquer prejuízos para os trabalhadores, designadamente, baixa ou mudança de categoria ou classe, bem como a diminuição da retribuição,

subsídios e outras regalias de carácter regular ou permanente, não contempladas neste CCTV mas que os trabalhadores vinham auferindo regularmente por força da aplicação de outras regulações colectivas de trabalho.

A ANTROP quer introduzir a discussão da aplicação deste princípio.

CATEGORIAS PROFISSIONAIS - Mantém-se todas as categorias em vigor à data do presente acordo. São criadas novas categorias profissionais com correspondência funcional às actuais para os trabalhadores vindouros. As flexibilidades funcionais foram eliminadas.

Relativamente às funções do Motorista a FECTRANS coloca as seguintes questões:

- **carregamento dos passes a bordo das viaturas** – a execução desta tarefa determina que os trabalhadores sejam portadores de uma maior quantidade de dinheiro, o que justifica a atribuição de um abono para falhas;
- **necessidade da clarificação da redacção** “procede à verificação directa da manutenção”;
- **abastecimento das viaturas** – a execução desta actividade depende não só da inexistência de abastecedor, mas também da circunstância de, até à data de hoje, não terem os trabalhadores motorista manifestado oposição a tal execução.

DESCANSOS COMPENSATÓRIOS - A ANTROP propõe um protocolo que possibilita que as empresas possam resolver os créditos dos trabalhadores sem recurso aos tribunais.

Matéria em discussão



Perante a reivindicação de aumento de salários, a ANTROP responde com uma proposta de salário mínimo para os motoristas abrangidos pelo CCTV (há empresas que têm contratação própria – AE's) **de 630 euros e 4,3% para todos os outros.**

A implicação deste valor nas empresas é diversa, havendo duas ou 3, das que são abrangidas pelo CCTV, que, devido à luta dos trabalhadores, já praticam valores ligeiramente superiores.

Temos reclamado que desta negociação resulte aumento de salários para todos os trabalhadores.

A proposta da ANTROP é que este valor **vigore até ao final de 2016 e depois que tenha aumentos em 2017 e 2018 de valor igual à inflação verificada mais 0,25%.**

Para as **diuturnidades** é proposto **14 euros** e pequeníssimos ajustes nas outras rubricas remuneratórias.

AGENTE ÚNICO - São definidas as funções objectivas no que respeita ao exercício de AU, **fora das definições do motorista.**

A ANTROP propõe que as 4 horas no mínimo previstas no CCTV, passem progressivamente para 8 horas até Janeiro de 2018, **sendo um assunto em discussão.**

As empresas que à data não paguem os proporcionais de AU, sem prejuízo do recurso aos tribunais, ficam obrigadas a regularizar a situação até 2017.